PESQUISA - FACE

**ANÁLISE DAS CRENÇAS DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE AMPLIAR
SUAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PROTEÇÃO PERMANENTE**

Pedro Joaquim Azevedo Spengler (pedroj.oficial@gmail.com)

Dr. João Augusto Rossi Borges (joaoborges@ufgd.edu.br)

Este estudo analisa as crenças dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul sobre a ampliação das áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP) além do mínimo exigido por lei. A pesquisa parte da Teoria do Comportamento Planejado (TCP) e busca entender como esses produtores percebem os impactos ambientais e econômicos dessa ampliação. A ampliação de áreas de RL e APP é vista como uma oportunidade de proteger os recursos naturais e melhorar a imagem do agronegócio, porém, é considerada economicamente inviável por muitos produtores, devido à redução da produção e à insegurança jurídica quanto à posse das terras ampliadas. O objetivo do estudo foi identificar as crenças comportamentais, de controle e normativas que influenciam a intenção dos produtores em ampliar essas áreas de conservação. A metodologia consistiu em aplicar um questionário qualitativo baseado na TCP a uma amostra de 21 produtores rurais. O questionário investigou as vantagens e desvantagens percebidas da ampliação, os fatores facilitadores e dificultadores, e a opinião de grupos sociais relevantes para os produtores. Os resultados indicam que os produtores reconhecem os benefícios ambientais, mas consideram a ampliação financeiramente desvantajosa sem compensações econômicas. Muitos veem a ampliação como uma oportunidade para destinar áreas improdutivas, o que poderia agregar valor ambiental sem

comprometer a produção. No entanto, a falta de incentivos financeiros, como pagamento por serviços ambientais ou redução de tributos, é o maior obstáculo. As crenças normativas mostram uma divisão política, onde grupos ambientalistas são favoráveis à ampliação e cooperativas e associações de produtores são contrárias. Conclui-se que, para estimular a ampliação voluntária de RL e APP, é necessário oferecer incentivos financeiros claros e garantir segurança jurídica, além de adotar uma abordagem política menos polarizada. Essas medidas são essenciais para conquistar a adesão dos produtores e promover a ampliação das áreas de conservação de maneira eficaz e sustentável.

Agradecimentos: Este trabalho foi realizado com o apoio da FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: ampliação de reserva legal; sustentabilidade; produtores rurais; áreas de preservação permanente.